

Parlamentares querem antecipar reforma

Maioria dos deputados e senadores revela que pretende implantar o parlamentarismo

O novo Congresso pretende antecipar para 1992 a reforma constitucional prevista para 1993, mas não quer alterar a Constituição para permitir a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos. Deputados e senadores defendem a implantação do parlamentarismo e restrições à utilização de medidas provisórias pelo governo.

Dos 332 congressistas ouvidos pelo Estado, 33,9% são contrários à antecipação da reforma constitucional, 43,9% acham que deve ser convocada para 1992 e apenas 19,1% defendem a discussão ainda neste ano. Há quem insista na necessidade de manter o princípio constitucional de realizar o plebiscito para a escolha do sistema de governo (marcado para 7 de setembro de 1993) antes de se fazer a reforma (marcada para 5 de outubro de 1993), como é o caso do senador José Richa (PSDB-PR).

Na revisão constitucional, 67,7% prometem votar pelo parlamentarismo e 23,5% pelo presidencialismo. Ainda não se definiram 8,8%.

Os congressistas condenam a forma como a medida provisória vem sendo utilizada pelo governo: 71,6% querem que sua utilização pelo Executivo seja restringida e 22,1% acham que deve ser extinta. Entre os que propõem a regulamentação, 65% acham que, impostas as limitações, o Executivo poderia utilizar as MPs para medidas da política eco-

nômica. "Mas só em casos relevantes", enfatiza o deputado Jamil Haddad (PSB-RJ). Roberto Freire (PCB-PE) acha que "devem ser utilizadas apenas nas matérias de competência exclusiva do presidente da República."

Quanto à reeleição do presidente, 55,1% são contrários e 42,2%, favoráveis. Uma parte dos parlamentares a defende apenas para para os futuros mandatos. Outros, como o deputado Sérgio Arouca (PCB-RJ), a condicionam à aprovação do parlamentarismo. O senador Hideckel de Freitas (PFL-RJ), ao contrário, acha que a possibilidade de reeleição exigiria mais dos governantes. "Sou totalmente a favor e acho que deveria ser quase obrigatória", afirma. "É a melhor maneira de testar a aprovação de uma administração."

VOTO OBRIGATÓRIO

Mais de 50% dos entrevistados manifestaram-se a favor da obrigatoriedade do voto. Os 47,6% que defendem o voto facultativo querem sua adoção nas eleições de 1992. Muitos salientam que o voto facultativo deveria ser implantado só com o parlamentarismo.

A maioria — 67,7% — dos deputados e senadores é favorável à revisão da representação dos Estados e prefere a adoção do critério de proporcionalidade com a população. Alguns, no entanto, como o senador Lavoisier Maia (PDT-RN), defendem a redução do número de parlamentares.

BANCADAS

A pesquisa do Estado ouviu 332 congressistas dos principais partidos. O levantamento revelou algumas curiosidades no perfil das bancadas. As respostas mais homogêneas fo-

ram dos deputados do PL, PDC, PCB e PC do B. No PL, por exemplo, os 14 deputados ouvidos foram unânimes em classificar como regular o governo Collor. Já no PCB, os três integrantes da bancada o consideram péssimo.

Nas bancadas do PMDB e PFL as opiniões são divergentes. Em relação às importações facilitadas pelo governo Collor, cinco parlamentares do PFL disseram que a liberação deve prosseguir, com exceção de algumas áreas, como informática e tecnologia de ponta; 28 defenderam redução nas alíquotas, 12 querem a elevação, 3 acham que a liberação deve ser sustada e 4 não responderam.

Quanto à reserva de mercado para a informática, os 52 parlamentares do PMDB se dividiram: 23 a favor, 21 contra e oito declararam-se indefinidos. O item com maior unanimidade entre as bancadas foi o que trata de descontos nos salários de deputados e senadores em caso de faltas. Mais de 90% se mostraram favoráveis e apenas 6%, contrários.

A definição mais difícil ficou no perfil ideológico. Enquanto 24,1% se definiram como de centro, 19,3% de centro-esquerda, 17,5% de esquerda, 4,8% de centro-direita e apenas 1,2% de direita, a maioria dos entrevistados — 30,5% — considerou que esta classificação já está superada.

Curiosamente, os que não se consideram ideologicamente enquadrados nesta classificação tradicional estão espalhados pela maioria das bancadas, como as do PMDB, PFL, PSDB, PDT, PDS, PL, PRN e até do PT. Apenas os seis deputados do PCB e PC do B ouvidos na pesquisa foram unânimes em se considerar de esquerda. Mesmo com tantas opções, 2,4% dos congressistas preferiram não responder. (F.F.)



A primeira sessão do novo Congresso: maioria favorável ao parlamentarismo